

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

IDEIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: GOVERNO BOLSONARO (2019–2022) E A INFLUÊNCIA TRANSNACIONAL DA EXTREMA- DIREITA

Shelton Ferreira e Silva Luz

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17907>

Submetido em: 2026-09-02

Postado em: 2026-09-08 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

IDEIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: GOVERNO BOLSONARO (2019–2022) E A INFLUÊNCIA TRANSNACIONAL DA EXTREMA-DIREITA

Shelton Ferreira e Silva Luz

<https://orcid.org/0009-0005-2203-8629>

Universidade de São Paulo

sheltonfsilva@gmail.com

Resumo: As ideias exercem uma função primordial na formulação e na reformulação de políticas públicas, influenciando diagnósticos, agendas e escolhas institucionais. Nos últimos anos, as ideias passaram a fazer parte de um debate que ultrapassou as fronteiras nacionais, sendo utilizadas por redes transnacionais que as circulam e as instrumentalizam politicamente. O presente artigo analisa como as ideias e repertórios ideológicos circulados por redes transnacionais de extrema-direita foram apropriados por atores governamentais durante a administração Bolsonaro (2019–2022), influenciando a formulação e a reformulação de políticas públicas no Brasil. A principal contribuição do trabalho é demonstrar que essas ideias, em vez de apenas sustentar uma orientação normativa, funcionaram como ferramentas de disputa pela legitimidade e pelo poder, promovendo uma inflexão ideológica no interior do Estado brasileiro a partir de uma política de reformulação das políticas públicas.

Palavras-chave: Extrema-direita; Redes transnacionais; Ideias; Políticas públicas; Governo Bolsonaro.

IDEAS AND PUBLIC POLICY: THE BOLSONARO ADMINISTRATION (2019–2022) AND THE TRANSNATIONAL INFLUENCE OF THE FAR RIGHT

Abstract: Ideas play a fundamental role in the formulation and reformulation of public policies, shaping policy diagnoses, political agendas, and institutional choices. In recent years, ideas have acquired a transnational dimension as they have crossed national boundaries and become embedded in networks that mobilize them for political purposes. This article examines how ideas and ideological repertoires disseminated through transnational far-right networks were appropriated by government actors during the Bolsonaro administration (2019–2022) and informed processes of public policy formulation and reformulation in Brazil. The article's main contribution is to show that these ideas did not merely provide normative orientations for policy action. Rather, they constituted instruments of political contestation over legitimacy and power,

contributing to an ideological reorientation of the Brazilian state through the reformulation of public policies.

Keywords: Far right; Transnational networks; Ideas; Public policy; Bolsonaro administration.

INTRODUÇÃO

O panorama das políticas públicas brasileiras experimentou inflexões significativas no governo Bolsonaro (2019–2022), desafiando concepções lineares sobre o ciclo de políticas e a atuação estatal, oriundas de governos progressistas anteriores ao Golpe Parlamentar de 2016. A despeito de interpretações que sugerem um processo de “desmonte” no sentido de mera desativação de programas e estruturas (Bauer; Knill, 2014), o que se verificou, em muitos setores, foi uma reformulação complexa. A elucidação da natureza e dos vetores dessas transformações exige uma análise pormenorizada que transcenda a mera constatação de discontinuidades ou de cortes orçamentários. Este artigo propõe avançar na investigação da lógica subjacente a essas reformulações, postulando que as ideias desempenharam um papel central no redesenho da intervenção estatal em múltiplas esferas.

Partimos de uma leitura que, conforme conceituada por autores proeminentes como Campbell (2002) e Belán e Cox (2011), oferece um arcabouço teórico para discernir como as ideias e os enquadramentos interpretativos ascenderam e moldaram as prioridades governamentais. Estendemos a proposição de investigar a função das comunidades epistêmicas no nível internacional (Haas, 1992) e os instrumentos de mobilidade de políticas ou de disseminação dessas (Shipan e Volden, 2008). Desse modo, é possível traçar o percurso pelo qual determinadas ideias inovadoras ou reinterpretadas se firmaram, influenciando a elaboração da agenda e a concepção de opções de política pública. Tais perspectivas teóricas são intrínsecas à compreensão da mudança de políticas (Bauer; Knill, 2014) e do fenômeno de retração de direitos democráticos (Heller, 2020) que, no contexto brasileiro recente, manifestou-se na reconfiguração de agendas e na alteração substancial de instrumentos e capacidades estatais.

A literatura sobre ideias, especialmente aquela centrada no papel das ideias e das comunidades epistêmicas (Haas, 1992; Kingdon, 1995; Béland; Cox, 2011), oferece instrumentos importantes para compreender como certos grupos constroem narrativas, moldam agendas e influenciam decisões estatais. Contudo, a emergência de comunidades epistêmicas alternativas associadas à extrema-direita, articuladas por redes transnacionais de produção e circulação de conhecimento, exige uma reinterpretação crítica dessas abordagens (Heft et al., 2021; Baća, 2024; Primig, 2025). Essas comunidades não se restringem a promover ideias de desinformação; vão

além; permeiam o corpo do Estado, pretendendo atingir a estruturação de políticas de bem-estar social. No caso do governo Bolsonaro, esse fenômeno se manifesta na articulação de intercâmbio com think tanks conservadores, mídias alternativas, influenciadores religiosos e políticos alinhados internacionalmente.

Essa constelação de atores passou a disputar a própria legitimidade do saber técnico-científico e a deslocar os fundamentos ideológicos da ação estatal brasileira. Tal influência foi particularmente visível na condução da política de enfrentamento à Covid-19, marcada pela deslegitimação de especialistas, pela promoção de desinformação e pela valorização de soluções paralelas. Outras áreas também foram afetadas, como a política ambiental, com o negacionismo climático articulado a redes globais, e a política educacional, influenciada por narrativas transnacionais sobre “ideologia de gênero” e “marxismo cultural”, o que mostra como ideias importadas reconfiguraram prioridades e justificativas de ação.

Este artigo tem como objetivo analisar as ideias que fundamentaram a atuação do governo Bolsonaro entre 2019 e 2022, investigando de que maneira essas ideias foram influenciadas por correntes transnacionais da extrema-direita. A proposta é compreender como determinadas concepções sobre Estado, ciência, moralidade e ordem social, difundidas por redes internacionais compostas por think tanks, líderes religiosos, mídias alternativas e atores políticos, foram apropriadas e adaptadas pelo governo brasileiro para moldar agendas, reorientar políticas públicas e tensionar instituições democráticas.

Para isso, o trabalho está organizado em três seções. A primeira discute o papel das ideias na formulação das políticas públicas, destacando como determinadas visões de mundo concorrem por espaço no processo decisório. A segunda seção, por sua vez, coloca o debate em uma escala transnacional, analisando a ascensão de comunidades epistêmicas conservadoras e seus esforços para moldar o núcleo normativo dos Estados. Por fim, a terceira seção se debruça sobre o governo Bolsonaro, analisando a institucionalização de uma agenda ideológica contra os direitos sociais e as relações com grupos internacionais de extrema-direita.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS E A IMPORTÂNCIA DAS IDEIAS

O estudo das políticas públicas, conforme proposto por Marques (2013), oferece uma perspectiva fundamental para compreender como o Estado se manifesta concretamente por meio de suas ações. Inspirado na noção de “Estado em ação”, desenvolvida por Jobert e Muller (1987), Marques (2013) propõe analisar as políticas públicas sem se limitar a resultados objetivos, mas sim com base em expressões de disputas políticas, constrangimentos institucionais e escolhas estratégicas em contextos históricos específicos. Essa concepção, segundo o autor, reforça a

importância de compreender os motivos pelos quais o Estado age de determinada maneira, com base na configuração das relações sociais, na correlação de forças e nas ideias em disputa que permeiam o processo decisório.

Para Surel (2000), as políticas públicas são edificadas a partir das crenças comuns de um conjunto diversificado de atores, tanto no âmbito público quanto no privado, sendo crenças compartilhadas que, fundamentalmente, determinam a percepção e a interpretação dos problemas públicos, bem como a subsequente concepção de respostas a esses mesmos problemas. Mais especificamente, de acordo com Secchi (2013, p. 11), toda política pública é definida por dois elementos fundamentais: a intenção deliberada do Estado de realizá-la, bem como a sua orientação para enfrentar um problema reconhecido como de interesse coletivo. A fim de compreender essa complexidade, o modelo dos “múltiplos fluxos” de Kingdon (1984) consolidou-se como referência na análise da formação da agenda governamental. Como define Kingdon (1984, p. 3), a “agenda” corresponde à lista de temas ou problemas aos quais os formuladores de políticas e os atores estreitamente ligados a eles dedicam atenção prioritária em determinado momento. O modelo, segundo Kingdon (1994), parte do princípio de que as decisões de políticas públicas não emergem de forma linear ou totalmente racional, mas da convergência de três fluxos relativamente autônomos: o fluxo de problemas, o fluxo de políticas e o fluxo político.

Partindo do modelo de Kingdon (1984), o fluxo de problemas refere-se à forma como certas questões sociais passam a ser percebidas e legitimadas como problemas públicos que exigem ação estatal. Isso envolve processos de definição, construção e enquadramento, frequentemente mediados por indicadores, eventos-chave ou pela retroalimentação das políticas existentes. O fluxo de políticas, por sua vez, é descrito pelo autor como uma “sopa primordial” em que diversas propostas circulam, são testadas, combinadas e, eventualmente, ganham força política, dependendo de questões técnicas. Nesse ambiente, somente as ideias consideradas tecnicamente viáveis, compatíveis com os valores dominantes e financeiramente sustentáveis tendem a sobreviver (Marques, 2013). Por fim, o terceiro fluxo, o político, abrange o contexto institucional, os ciclos eleitorais, as pressões de grupos de interesse, os partidos políticos e o humor da opinião pública (Kingdon, 1984).

Ao se reconhecer que toda política pública emerge da tentativa de responder a um problema, torna-se evidente que as ideias influenciam tanto a formulação de soluções quanto a definição dos próprios contornos do problema. Como propõe Pollet (1995), a importância de investigar a gênese das políticas públicas, com foco especial em sua dimensão cognitiva, transcende as análises convencionais de implementação e de avaliação. O chamado *ideational turn* (virada ideacional, em tradução livre) nas ciências sociais trouxe as ideias ao centro das análises

sobre a formulação, a mudança e a institucionalização das políticas públicas (Blyth, 1997). Esse movimento reflete uma crescente insatisfação com explicações baseadas exclusivamente em interesses materiais ou em determinismos institucionais, ao reconhecer que as ideias desempenham uma função autônoma e causal na definição de agendas, soluções e estruturas de poder (Béland; Cox, 2011).

Para Béland (2019, p. 4), a política pública é, em grande medida, o produto de fatores políticos, sendo as ideias e as instituições elementos substanciais nesse processo, e define “ideias como as crenças e percepções historicamente construídas por atores individuais ou coletivos”. Campbell (2002) enfatiza que as ideias atuam como filtros cognitivos e normativos, orientando tanto a percepção dos problemas quanto a formulação de soluções. Para ilustrar a variedade de conceitos que impactam a elaboração de políticas públicas, Tannenwald (2005, p. 14) destaca que elas podem variar de conceitos concretos e programáticos, como a eliminação das armas nucleares, e ideias mais abrangentes e abstratas, conhecidas como “ideias gerais”. Nessa mesma linha, Béland e Cox (2011) ilustram que essas ideias gerais frequentemente estruturam grandes ideologias, como o comunismo e o liberalismo.

Além disso, é importante compreender, por meio do conceito de ideologia, como as ideias influenciam as políticas públicas. Berman (2011, p. 105) define ideologia como um subconjunto específico de ideias, caracterizado por “amplas visões de mundo que fornecem interpretações coerentes do mundo e diretrizes para lidar com ele”. Ademais, Berman (2011) enfatiza que o debate político pode ser compreendido como uma “guerra de ideias”, que, em essência, é uma “guerra de ideologias”, na qual ideias políticas discretas atuam como “munição” nesse conflito simbólico. Nesse contexto, ideologias conservadoras, a partir do exemplo da autora, buscam promover valores centrais que se manifestam por meio de prescrições políticas concretas. Além disso, para ela, a ideologia influencia diretamente as prioridades dos formuladores de políticas, moldando a percepção sobre os custos e benefícios das ações políticas, impactando decisivamente o processo de tomada de decisão governamental. Não obstante, Kingdon (1984, p. 134) nota que a ideologia dos decisores políticos, especialmente no que tange ao tamanho e à função do governo, influencia significativamente a percepção do que é considerado uma política “viável” ou “aceitável” em determinado contexto nacional.

Conforme argumentam Béland e Cox (2011), retomando o modelo de Kingdon (1984), isso contribui para compreender como as ideias operam não apenas como crenças ou valores internalizados, parte importante também percebida na episteme, mas também como recursos mobilizáveis em contextos de disputa. Dessa forma, em vez de considerar as ideias como variáveis meramente subordinadas, essa abordagem destaca seu papel estruturante nas percepções

dos atores, na delimitação do campo do possível e na influência sobre a formulação e a transformação das políticas públicas.

Campbell (2002) distingue diferentes tipos de ideias que influenciam a formulação de políticas, evidenciando como essas ideias moldam as decisões do Estado. Entre essas modalidades, destacam-se: i) *enquadramentos normativos*, que envolvem valores e crenças compartilhadas, orientando a ação política segundo padrões morais e sociais; ii) *cultura mundial*, que representa a difusão transnacional de paradigmas e normas que homogeneizam práticas políticas globalmente; iii) *quadros interpretativos* (frames), usados estrategicamente para legitimar políticas e moldar debates públicos; e iv) *ideias programáticas*, que são diretrizes específicas para resolver problemas e estruturar políticas concretas.

Ademais, Campbell (2022) fundamenta-se em autores como Skowronek (1982) e Rueschemeyer e Skocpol (1996), ressaltando a importância de intelectuais, acadêmicos e think tanks na formulação de políticas estatais, sobretudo no desenvolvimento de estados burocráticos e de políticas sociais. No âmbito internacional, Campbell segue Haas (1992) ao explicar que comunidades epistêmicas, redes de especialistas que compartilham crenças e conhecimentos, são fundamentais para a difusão de ideias entre formuladores de políticas nacionais e atores globais. Apontando Keck e Sikkink (1998), ele ressalta que essas redes vão para além da mobilização e do enquadramento de informações para influenciar governos e instituições internacionais, e que são compreendidas por conflitos e resistências no processo de difusão, o que mostra que a influência das ideias é complexa, dinâmica e permeada por disputas de poder.

Assim, justifica-se uma estratégia que não apenas considere as ideias em si, mas também os participantes que as criam, disputam e reconfiguram. A análise ideacional, como sustenta o próprio Béland (2019), deve concentrar-se em como atores concretos pensam e falam sobre o mundo, reconhecendo a agência desses sujeitos na produção, manutenção e transformação de discursos e enquadramentos políticos. Essa perspectiva permite compreender a formulação da agenda como um campo de luta simbólica, no qual diferentes atores competem para definir quais problemas merecem atenção e quais soluções são consideradas legítimas.

Como afirma Mehta (2011, p. 29), com base em Kingdon (1984), para que uma ideia alcance a agenda, ela deve ser percebida como uma solução viável e contar com atores capazes de promovê-la. Nesse processo, os empreendedores de políticas mobilizam recursos e articulam problemas, soluções e contextos políticos favoráveis, possibilitando o acoplamento dos três fluxos e a abertura de “janelas de oportunidade” (Kingdon, 1984). A formação da agenda, portanto, define quais problemas receberão atenção prioritária, enquanto as condições políticas e as ideologias dos decisores influenciam quais alternativas serão consideradas legítimas e viáveis (Capella, 2006; Kingdon, 1984).

Dessa forma, a abertura de janelas de oportunidade, como propõe Kingdon (1984), está diretamente ligada à forma como os problemas são definidos e as soluções são enquadradas como apropriadas ou desejáveis. A emergência de um tema na agenda pública não ocorre exclusivamente pela gravidade objetiva do problema, mas porque determinados atores, por meio de ideias, conseguem dar sentido, visibilidade e urgência àquela questão (Capella, 2006). Nesse processo, portanto, as ideias atuam como mecanismos que conectam diagnósticos específicos (o que está errado) a prescrições normativas (o que deve ser feito), estruturando o espaço de possibilidades para a ação estatal.

2 TRANSNACIONALIZAÇÃO DE IDEIAS, EXTREMA-DIREITA INTERNACIONAL E AS REDES DE (DIS)SABERES COMO PROJETOS DE PODER SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

As ideias surgem de uma cultura global, ou seja, da disseminação transnacional de paradigmas cognitivos e normas que tendem a uniformizar práticas e instituições políticas em todo o mundo (Campbell, 2002). Pode-se entender essa dinâmica como parte de um processo mais amplo de globalização, caracterizado pela intensificação dos fluxos de informação e pela compressão do tempo e do espaço. Essa perspectiva articula-se com o pensamento de Held et al. (1999), que destaca como os avanços tecnológicos e comunicacionais encurtam distâncias e conectam comunidades políticas e epistemológicas em redes globais de influência mútua. Além disso, a disseminação dessas ideias no sistema internacional insere-se na lógica da interdependência complexa, formulada por Keohane e Nye (1977), segundo a qual os Estados e atores não estatais estão entrelaçados por múltiplos canais de contato e cooperação, o que torna a circulação de ideias um processo mais fluido, contínuo e multidimensional.

Como, então, a circulação internacional de ideias molda as agendas nacionais? Retomemos o conceito clássico de comunidades epistêmicas, formulado por Haas (1992), que se refere a redes de especialistas com conhecimento reconhecido em determinada área, que compartilham crenças normativas e causais, noções de validade e uma agenda institucionalizada comum de políticas. Essas comunidades exercem influência ao fornecer interpretações e soluções para problemas complexos, atuando como mediadoras entre o saber especializado e a decisão política. Ademais, o autor afirma que o “controle sobre o conhecimento e a informação é uma dimensão importante do poder” e que a difusão de novas ideias pode levar a novos padrões de comportamento na coordenação política internacional (Haas, 1992, p. 2). Ele defende que as ideias informam as políticas e que as comunidades epistêmicas promovem consensos técnicos, mas também disputam projetos de poder e visões de mundo. Ainda neste contexto, a utilidade das comunidades epistêmicas se destaca pela influência que exercem, pois, de acordo com Haas

(1992), elas têm atribuições na determinação dos critérios técnicos e normativos das políticas. Se nos basearmos no entendimento de que o controle do conhecimento é tido como poder e é passível de disputa, as comunidades epistêmicas e suas ideologias estariam inseridas nessas dinâmicas, influenciando, em diferentes graus, os Estados.

Conforme destacam Campbell (2002), Béland e Cox (2011) e Keck e Sikkink (1998), ideias e paradigmas circulam internacionalmente, influenciando a formulação e adaptação de agendas domésticas. A propagação do neoliberalismo, especialmente em sua versão pós-Washington Consensus, promoveu o enfraquecimento deliberado da ação estatal nas áreas sociais, sustentado pelo discurso da eficiência e da liberdade individual. Essa difusão de ideias foi mediada por comunidades epistêmicas que construíram consensos técnico-normativos globais (Haas, 1992), frequentemente pautados em valores como austeridade fiscal, privatização e desregulamentação.

Embora Haas (1992) tenha cunhado o termo “comunidades epistêmicas” para se referir a grupos de especialistas que compartilham conhecimento técnico e influenciam políticas com base em evidências, Crone (2024) observa que essas comunidades vêm sendo contestadas por forças políticas que colocam em risco os fundamentos da tecnocracia, da ciência convencional e da racionalidade liberal. Ainda que não se enquadrem na tipologia de comunidades epistêmicas proposta por Haas (1992), é imprescindível reconhecer a atribuição que esses grupos autodenominados “construtores da verdade” têm na tentativa de influenciar o processo de formação de ideias no âmbito governamental, operando em múltiplos contextos estatais. Esses grupos são ancorados pela extrema-direita, definidos como movimentos que criticam valores democráticos e elementos tradicionais do sistema liberal (Bobbio, 1994; Mudde, 2019), além de irem contra ideários progressistas nas políticas de bem-estar social (Heller, 2020). Isso, aliado ao fortalecimento de coletivos que incentivam epistemologias conspiratórias alternativas (Peters, 2021), favoreceu o surgimento de conceitos que questionam os consensos estabelecidos, fomentando uma agenda que busca poder de forma transversal a partir da contestação ideológica.

Essa reinterpretação destaca a crescente politização dessas redes, sobretudo no contexto da polarização ideológica e da crise de legitimidade das instituições liberais (Alves, 2025). Com base na concepção de Kingdon (1984), Zahariadis (2003) aprofunda a análise ao demonstrar que a estrutura das redes, definida por sua integração em termos de tamanho, modo, capacidade e acesso, exerce influência direta sobre a trajetória das ideias. A produção de conhecimento técnico passa a ser acompanhada de disputas valorativas profundas, nas quais o saber deixa de ser neutro e se torna um instrumento de transformação normativa. Comumente chamados de negacionistas, rejeitam os resultados científicos que não se alinham com sua cosmovisão e contra-argumentam com outros dados supostamente científicos (Diethelm; McKee, 2009). Assim, o que antes era

domínio da ciência aplicada à gestão pública passa a integrar o campo das batalhas pela autoridade científica, como observado por Haas (1992). Surgem, por outro lado, “comunidades anti-epistêmicas” que, embora operem sob a fachada de especialização, atuam na articulação de valores conservadores, discursos antissistêmicos e agendas revisionistas.

Ao aprofundarmos a investigação acerca da transnacionalização da extrema-direita, revela-se a necessidade de avaliar como as concepções alternativas de interação entre diferentes atores internacionais influenciam a sociedade civil e, de maneira cada vez mais incisiva, os próprios elaboradores de políticas públicas em distintos contextos nacionais. Nye e Keohane (1972) definem o transnacionalismo como um fenômeno das relações internacionais em que atores não estatais se engajam em interações que cruzam fronteiras nacionais, desafiando o monopólio exclusivo dos Estados na política internacional. Dentro desse quadro, além dos think tanks conservadores que atuam globalmente (Mudde, 2019), localizados em um campo mais institucionalizado, como observa Haas (1994), o fenômeno de influência de ideias transnacionais também se estrutura por meio de redes organizadas, que incluem, por exemplo, fundações de caráter religioso, mídias digitais e indivíduos que recorrem a uma falsa epistemologia e se autodenominam “contra-hegemônicos”. Ademais, grupos e organizações não partidárias, mesmo fora das estruturas institucionais formais, desempenham um papel estratégico na difusão internacional de ideias, na produção ideológica e na formação de identidades políticas compartilhadas (Rydgren, 2007).

A escassez de estudos sistemáticos desses grupos — por exemplo, sobre os think tanks da direita na América Latina —, como observa Rea (2018), revela uma lacuna significativa na literatura, dada a quase inexistência de investigações aprofundadas sobre suas estruturas, redes transnacionais e estratégias ideológicas. Da mesma forma, observamos que as análises dos impactos na formulação de políticas públicas ainda são escassas. Uma das pesquisas mais relevantes para preencher essa lacuna é a de Bloom e Moskalenko (2021). Segundo eles, a extrema-direita atua globalmente, frequentemente fundamentada em teorias da conspiração, e sua influência tem se tornado cada vez mais notável. Em movimentos como o QAnon, os autores analisam como essa disseminação não se limita ao contágio cultural, mas é permeada por estratégias políticas estruturadas que integram redes transnacionais lideradas por personalidades influentes e por instituições ideologicamente engajadas, visando atingir os resultados pretendidos nos Estados.

Durante a pandemia da COVID-19, essas redes exerceram forte influência sobre decisões de política pública, particularmente nos Estados Unidos e no Brasil, seja diretamente por atores governamentais, seja indiretamente pela sociedade (Casarões; Magalhães 2021). Nos dois países, que tiveram as maiores taxas de mortalidade, os presidentes eleitos por plataformas da nova

direita alinharam-se a discursos negacionistas, minimizando a gravidade da crise sanitária, sabotando medidas de contenção e disseminando desconfiança em relação às vacinas e à ciência (Rasia; Côrtes; Martins, 2024). No caso brasileiro, como analisado por Rebello (2021), a recusa em seguir as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e o ataque à legitimidade do conhecimento técnico-científico não representaram um vácuo de ação, mas sim a adoção de um modelo alternativo de políticas, orientado por uma epistemologia conspiratória e negacionista.

A circulação de (dis)saberes, conhecimentos que se apresentam como alternativos, mas que se assentam em desinformação sistemática, estruturou uma forma de contestação epistêmica ao saber tradicional. Com isso, conformam-se com o que Campbell (2002) e Beland e Cox (2011) identificam como “filtros ideacionais” e “recursos discursivos”, e formulam políticas públicas, inserindo tanto as percepções sobre o que constitui um problema quanto as soluções consideradas legítimas. Ao analisar os principais grupos de think tanks, observamos a atuação do Instituto Millenium, do Mises Brasil e de redes internacionais como a Atlas Network, que ocuparam posição central ao oferecer respaldo ideológico e logístico à disseminação de ideias ultraliberais e conservadoras em diferentes países. Ademais, figuras como Steve Bannon e Olavo de Carvalho desempenharam o papel de “empreendedores epistêmicos”, construindo pontes discursivas entre valores religiosos, ressentimentos antiglobalistas, revisionismo histórico e teorias da conspiração.

3 IDEIAS NO GOVERNO BOLSONARO: REFLEXOS NA REFORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AS CONEXÕES TRANSNACIONAIS

As políticas públicas de inclusão social no Brasil não se consolidaram de forma linear, mas sim como resultado de uma trajetória institucional incremental, marcada por inovação, experimentação e emulação ao longo de diferentes governos. Arretche, Marques e Faria (2020) argumentam que, embora a Constituição Federal de 1988 tenha estabelecido um marco fundamental para a democratização inclusiva ao incorporar os até então excluídos dos direitos sociais, sua mera concepção não foi suficiente para assegurar a consolidação do aparato de proteção social. Esse processo, como apontam, foi profundamente influenciado por intensas disputas políticas e, mais importante, pela atuação estratégica de partidos como o PSDB e o PT, o que evidencia a postura estruturante da competição partidária na construção e na manutenção de políticas públicas de bem-estar social. Nesse contexto, a dependência da trajetória revela-se um conceito-chave. Conforme postula Pierson (2015), essa dependência é caracterizada por retornos crescentes, nos quais a continuidade em uma dada direção é reforçada pelos benefícios acumulados e pelos custos crescentes de mudança de curso.

Diante de um cenário de consolidação institucional e ampliação dos direitos sociais nas décadas anteriores, indaga-se: como as ideias que orientaram o governo Bolsonaro contribuíram para reconfigurar essa trajetória, e em que medida se articularam com influências da nova direita transnacional?

A compreensão de como as ideias orientaram o governo Bolsonaro na reinterpretação e, em grande medida, na ruptura da trajetória de inclusão social exige, antes de tudo, analisar o processo político que levou à sua ascensão à presidência da República, em 2018. Esse marco representou o ponto culminante de uma reconfiguração das direitas brasileiras, cuja agenda passou a articular um conjunto coerente de ideias reacionárias e de estratégias institucionais voltadas à reversão dos avanços distributivos. À luz da proposta de Patrick Heller (2020), tal fenômeno pode ser caracterizado como um caso exemplar de populismo de retração, um tipo específico de populismo antiliberal que combina mobilização popular, destruição institucional de políticas de distribuição e ataques a grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, segundo o autor, essa construção simbólica da figura populista está conceitualmente ancorada nas formulações de Roberts (2007) e Weyland (2001), que deslocam o foco do populismo do campo puramente distributivo para a centralização do poder simbólico e político no líder carismático.

Dado esse contexto, a análise das ideias na reformulação das políticas públicas no governo Bolsonaro retrata uma orientação marcada por uma cosmovisão ideológica caracterizada por valores tradicionalistas e hostilidade aos consensos científicos (Faria; Lima, 2024). Para Béland e Cox (2011), as ideias não se restringem a orientar escolhas políticas, mas também constituem um recurso de poder. Quando institucionalizadas, elas contribuem para estabilizar e, muitas vezes, legitimar assimetrias de poder previamente existentes. Isso significa que as ideias não são neutras; ao se tornarem parte das normas e estruturas formais, podem reforçar desigualdades e justificar a opressão de determinados grupos sociais. Um exemplo histórico mencionado pelos autores é o sistema de segregação racial no sul dos Estados Unidos, no qual ideias institucionalizadas legitimaram práticas sistemáticas de segregação.

Do ponto de vista das ideias, como observado na primeira seção, as políticas públicas não emergem a partir de dados objetivos e consensos técnicos, mas de processos interpretativos sobre o que deve ser entendido como um “problema” e quais “soluções” são socialmente aceitáveis (Kingdon, 1984). Aplicando esse referencial ao governo Bolsonaro, a partir de Heller (2020), observa-se uma inflexão ideacional clara: o “problema” deixou de ser a exclusão social de grupos historicamente marginalizados e passou a ser identificado no que se apresenta como um suposto excesso de direitos e privilégios concedidos a essas populações. A “solução”, portanto, não seria expandir as políticas redistributivas, mas sim reduzi-las, reorientando o Estado para beneficiar setores considerados moralmente legítimos. Nesse sentido, como propõe Heller (2020), o

bolsonarismo opera sob um populismo de retração, no qual a corrosão institucional e a redefinição das finalidades públicas são guiadas por uma lógica de exclusão simbólica e material. Essa mudança de paradigma ideacional reorganiza as prioridades estatais, reconfigura os critérios de merecimento e enfraquece a concepção universalista de direitos.

Como observa Mehta (2011, p. 36), compreender a definição de problemas políticos exige investigar por que certas interpretações são escolhidas em detrimento de outras, em um amplo universo de possibilidades. Essa seleção não se considera natural, mas depende de estratégias retóricas mobilizadas pelos atores envolvidos, que ela denomina “retrato de problemas”. Inspirada em Stone (1989) e Campbell (1998), Mehta (2011, p. 36) destaca que essas estratégias são fundamentais para o sucesso de uma definição de problema e que uma das mais relevantes é a “narrativa eficaz”, ou seja, a capacidade de construir narrativas simples e convincentes que tornem inteligível uma realidade complexa, favorecendo determinada visão do problema.

É justamente nesse ponto que o populismo contemporâneo se destaca (Finchelstein, 2019). Ao operar por meio de narrativas dicotômicas e emocionalmente mobilizadoras, que opõem um “povo puro” a “inimigos internos”, ele torna-se especialmente eficaz na construção de diagnósticos simplificados, ainda que imprecisos, sobre a realidade. No caso brasileiro, inspirado por uma ofensiva epistêmica, o governo Bolsonaro utilizou a desinformação como ferramenta para deslegitimar o conhecimento técnico e científico, reconfigurando a própria ideia do que seria um problema público legítimo. Como argumenta Rebello (2021), esse processo foi deliberado e articulado à transformação da função do Estado. Tal estratégia se alinha à análise de Bauer e Knill (2014), segundo a qual mudanças ideológicas, como a alteração na forma de perceber e narrar os problemas, podem preceder transformações formais nas políticas públicas, ao deslocar os termos do debate político e institucional.

Nesse contexto, a chamada “Escola de Olavo de Carvalho” desponta como um núcleo organizador dessa reorientação cognitiva. Ao contrário das comunidades epistêmicas tradicionais descritas por Haas (1992), essa rede operava como uma comunidade contra-epistêmica, dedicada à difusão de narrativas anticientíficas e ideologicamente orientadas. Concepções como o “marxismo cultural”, o combate ao globalismo, a negação das mudanças climáticas e a desconfiança em instituições multilaterais funcionam como filtros cognitivos e normativos (Calil, 2021), reconfigurando o que deveria ser reconhecido como problema, prioridade e solução no interior do aparato estatal.

Os empreendedores de políticas, conforme conceituados por Kingdon (1984), assumiram um papel essencial na institucionalização dessas ideias, que foram sistematicamente operacionalizadas por meio da nomeação de atores ligados à Escola de Olavo de Carvalho para cargos estratégicos em áreas como Educação, Relações Exteriores e Comunicação (Calil, 2021).

Ademais, na centralização desses agentes, a nomeação, diretamente pela Presidência da República, de atores ideologicamente alinhados para postos-chave fragilizou os canais técnicos tradicionais de elaboração de políticas, deslocando o processo decisório da burocracia profissional para uma lógica de fidelidade moral e política. Esses indivíduos deslocam a agenda governamental para eixos compatíveis com os valores da nova direita radical. Como resultado, a ofensiva contra universidades, o desmonte de políticas ambientais e a negação da gravidade da pandemia da COVID-19 evidenciam como ideias negacionistas se materializaram em mudanças efetivas nas políticas públicas (Faria; Lima, 2024).

Silva (2023) observa como essa inflexão produziu uma disputa epistêmica no interior do Estado, na qual comunidades ideologicamente orientadas passaram a competir com a burocracia técnica pelo controle das definições de problema, prioridade e solução. Essa ação ocorreu por meio do patrimonialismo institucionalizado, com a militarização da gestão civil e a legitimação da violência de Estado (Silva; Cardoso Júnior, 2023). Como demonstram os embates nos Ministérios da Educação, do Meio Ambiente e na Fundação Palmares, o governo promoveu uma captura seletiva de estruturas institucionais, instrumentalizando agências e ministérios para implementar uma agenda contrarreformista. Essa dinâmica não operou por ruptura abrupta, mas por um processo incremental de reconfiguração institucional que esvaziou progressivamente os mecanismos técnicos de formulação de políticas, tensionando permanentemente o campo ideacional do Estado, mas, ao mesmo tempo, provocou resistências dos burocratas (Lotta; Silveira; Fernandez, 2022).

Essa mobilização ideológica traduziu-se em ações institucionais concretas, conforme evidenciado na Tabela 1. Diversos estudos apontam que o governo Bolsonaro adotou estratégias sistemáticas de desmantelamento de políticas públicas (Faria et al., 2021; Arretche, 2023). Conforme o modelo analítico de Bauer e Knill (2014), esse desmantelamento pode ocorrer de forma ativa ou passiva, visível ou oculta, visando reduzir o número de políticas existentes, os instrumentos utilizados ou a intensidade da atuação estatal. Essa retração seletiva é guiada por um cálculo político que busca maximizar apoio e minimizar resistência, recorrendo, com frequência, a estratégias de baixa visibilidade, como a omissão deliberada, a transferência de arenas decisórias ou o uso de medidas simbólicas.

Entretanto, nem todas as mudanças se enquadram como desmantelamento. Algumas iniciativas bolsonaristas podem ser melhor compreendidas como substituição ou reformulação de políticas públicas. Esses processos, que não reduzem necessariamente a presença do Estado, redirecionam suas finalidades com base em novos marcos ideológicos (Bauer; Knill, 2013). Essa reconfiguração da ação estatal, como visto anteriormente, no caso do governo Bolsonaro, se deu por meio de uma lógica excludente, em que certos grupos foram considerados mais

“merecedores” de atenção pública, ao passo que outros, tradicionalmente contemplados por políticas de inclusão, passaram a sofrer negligência, extinção ou realocação de programas. Mais, uma vez, o critério deixou de ser a universalidade e passou a ser a afinidade com a visão moral e política dominante (Heller, 2020).

Tabela 1: Dimensões ideológicas e intervenção nas políticas públicas no governo Bolsonaro

Dimensão	Governo Bolsonaro	Ações sobre Políticas Públicas
Populismo	Plebiscitário, personalista, provocador, anti-intelectual, agressivo e performático.	Concentração decisória no presidente; desprezo por especialistas e técnicos; marginalização do debate público e científico.
Imagem construída	Liderança rude, antissistema, composta por um “homem comum” que despreza normas e códigos políticos tradicionais.	Fortalecimento da lógica militar na administração pública; ampliação do número de militares em cargos civis (ex.: no Ministério da Saúde durante a pandemia).
Autorretrato como o “povo”	Representa o “brasileiro de bem” contra minorias “ameaçadoras” e elites progressistas.	Redefinição das prioridades das políticas públicas com base em valores morais; deslegitimação de pautas identitárias e de inclusão.
Inimigos simbólicos	Esquerda, feministas, intelectuais, LGBTQs, ONGs, ativistas, jovens negros nas periferias.	Cortes e redefinição de políticas de cultura, educação crítica e direitos humanos; perseguição a ONGs ambientais e movimentos sociais.
Redefinição do “povo”	Baseado em moralidade conservadora e em meritocracia racial/social.	Exclusão simbólica e prática de minorias nas políticas culturais, educacionais e assistenciais (ex.: redução de cotas raciais, ataques ao ENEM, corte no apoio à cultura afro-indígena).
Uso do veredito eleitoral	Legitima sua agenda repressiva com base na maioria eleitoral; desprezo pela mediação institucional.	Tentativas de desacreditizar o STF, o Congresso e o sistema eleitoral; aparelhamento de órgãos de controle (ex.: diminuição do IBAMA).

Fonte: elaboração própria baseada em Heller (2020) e Gomide, Silva e Leopoldi (2023).

Esse padrão seletivo de intervenção estatal pode ser também compreendido a partir da consonância com ideias oriundas de comunidades epistêmicas da nova direita global, que, como visto na segunda seção, atuam por meio de redes transnacionais compostas por think tanks, fundações e influenciadores conservadores. A política externa e interna brasileira sob Bolsonaro não escapou a essa lógica, traduzindo para o cenário nacional elementos centrais desse novo conservadorismo global: antiglobalismo, negacionismo climático, revisionismo histórico, “escola sem partido” e ataques à imprensa, negacionismo na pandemia de COVID-19.

Um exemplo emblemático dessa conexão é a popularização do conceito de “globalismo” no vocabulário político da nova direita estadunidense. Pena (2019) destaca que Donald Trump, o movimento alt-right e o estrategista Steve Bannon introduziram esse termo para caracterizar uma ameaça transnacional aos valores tradicionais do Ocidente. Essa narrativa, fundamentada em um nacionalismo reativo e na oposição ao suposto “marxismo cultural”, foi transnacionalizada e

reinterpretada no Brasil por Olavo de Carvalho, que exerceu papel central na difusão dessas ideias por meio de mídias e da formação ideológica. Tal processo, segundo a autora, contribuiu para a consolidação de um campo conservador brasileiro com forte orientação ideológica exógena, influenciando em grande medida a ascensão conservadora de Jair Bolsonaro e a conformação de sua coalizão política em 2018.

No contexto governamental brasileiro, esse circuito de ideias encontrou terreno fértil a partir de 2018, quando tais discursos foram incorporados ao discurso oficial do Estado. A aliança entre intelectuais conservadores, agentes religiosos, militares e operadores políticos possibilitou a captura ideológica de diversos espaços institucionais. Isso ocorreu por meio da nomeação de quadros ideologicamente alinhados, da deslegitimação de saberes consolidados e da erosão das normas liberais nas políticas públicas. Setores como educação, meio ambiente e cultura passaram a ser orientados por pautas formuladas por essas comunidades, que substituíram critérios técnicos por doutrinas morais e por narrativas conspiratórias.

A mobilidade e a difusão dessas ideias (Shipan; Volden, 2008) são evidentes no “QAnon brasileiro”, que “copia” o original estadunidense. Como demonstra Rebello (2021), a rede bolsonarista promoveu encontros nos Estados Unidos com o grupo elementar, buscando ideias e um mecanismo central para mantê-las e legitimá-las no debate público, alterando percepções coletivas e promovendo a reformulação ou o enfraquecimento deliberado de políticas em áreas sensíveis como saúde, meio ambiente e educação. Esse caso demonstra como ideias transnacionais podem ser internalizadas e adaptadas para influenciar a política doméstica e promover a reformulação de políticas públicas nacionais. A “luta contra uma conspiração imaginária” funcionou como um enquadramento discursivo (*frame*) que legitimou a deslegitimação de políticas consolidadas, inclusive as baseadas em evidências científicas.

Conforme apontam Bauer e Knill (2014), ao destacarem a dimensão ideacional da mudança, a sabotagem das campanhas de vacinação e das medidas sanitárias durante a pandemia de COVID-19 pode ser vista como um desmonte e uma reformulação ideológica da política de saúde pública, impulsionada por crenças conspiratórias difundidas por grupos transnacionais. Dessa forma, a incorporação dessas ideias contribuiu para promover mudanças importantes nas políticas de saúde do Brasil. Nesse sentido, o “QAnon brasileiro” e suas redes digitais configuram-se como uma “comunidade epistêmica ideológica”, uma variação das comunidades epistêmicas descritas por Haas (1992), porém baseada não em conhecimento técnico, mas em convicções ideológicas radicais.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar as ideias que fundamentaram a atuação do governo Bolsonaro entre 2019 e 2022, especialmente quanto à influência de redes transnacionais da extrema-direita na formulação e na reformulação de políticas públicas. A análise das políticas públicas no período revelou a centralidade das ideias na configuração e na reconfiguração do Estado brasileiro. Para além de um desmonte técnico, observou-se uma operação ideacional articulada, na qual narrativas conservadoras e antissistêmicas, muitas vezes importadas da nova direita global, foram mobilizadas para redefinir problemas públicos, deslegitimar saberes estabelecidos e deslocar marcos normativos. Essa reorientação simbólica, sustentada por comunidades epistêmicas ideológicas e redes transnacionais, moldou o conteúdo das políticas, bem como os critérios que definem as prioridades estatais e as legitimidades institucionais.

Além disso, a mobilização de ideias conspiratórias, nacionalistas e contrárias ao liberalismo democrático, exemplificada pelo discurso contra o “globalismo” e pela valorização do “povo de bem”, representou uma tentativa deliberada de transformar o Estado em um instrumento de afirmação de uma ordem social conservadora. Ficou claro que as mudanças promovidas precederam reformas formais e reposicionaram o Estado como ator seletivo na oferta de direitos, resultando em exclusões simbólicas e práticas. O governo atuou como empreendedor de ideias que, ao manipular o enquadramento dos problemas, construiu soluções ideológicas sob aparência técnica.

O caso brasileiro, portanto, evidencia a importância de considerar a disputa de ideias como elemento estruturante na análise de políticas públicas. Entender os ciclos de formulação e mudança exige atenção às batalhas simbólicas que definem o que é legítimo no espaço público, para além das pressões institucionais e materiais. Com isso, o trabalho buscou avançar na literatura ao destacar como ideias transnacionais da extrema-direita foram apropriadas e instrumentalizadas para configurar a função do Estado brasileiro durante o governo Bolsonaro. Entre as limitações do estudo, destaca-se a dificuldade de mapear com maior precisão as redes transnacionais e os mecanismos exatos de influência ideacional, dada a natureza fluida e, por vezes, clandestina dessas conexões. Esse aspecto precisa ser explorado com maior profundidade em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. C.; DE PAIVA, L. L. Democracia sob pressão: a crise da legitimidade democrática nas sociedades pluralistas. *Revista do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná*, v. 12, n. 21, 2025.

ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. Considerações finais: produzindo mudanças por estratégias incrementais. In: ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. *As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

BAĆA, Bojan. QAnon and the epistemic communities of the unreal: a conceptual toolkit for a sociology of grassroots conspiracism. *Theory, Culture & Society*, v. 41, n. 4, p. 111-132, 2024.

BAUER, Michael W.; KNILL, Christoph. Understanding Policy Dismantling: An Analytical Framework. In: BAUER, Michael W. et al. (ed.). *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 30–51.

BÉLAND, Daniel. *How Ideas and Institutions Shape the Politics of Public Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. (Elements in Public Policy).

BÉLAND, Daniel; COX, Robert Henry (ed.). *Ideas and Politics in Social Science Research*. New York: Oxford University Press, 2011.

BERMAN, Sheri. Ideology, History, and Politics. In: BÉLAND, Daniel; COX, Robert Henry (org.). *Ideas and Politics in Social Science Research*. New York: Oxford University Press, 2011. p.

BLOOM, Mia; MOSKALENKO, Sophia. *Pastels and pedophiles: inside the mind of QAnon*. Stanford, CA: Redwood Press, an imprint of Stanford University Press, 2021. 256 p.

BLYTH, Mark. 'Any More Bright Ideas?' The Ideational Turn in Comparative Political Economy. *Comparative Politics*, v. 29, n. 1, p. 229–250, 1997.

CAMPBELL, John L. Ideas, Politics, and Public Policy. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, CA, v. 28, p. 21–38, 2002.

CAPELLA, A. Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas. *Revista BIB*, n. 61, 2006.

CALIL, G. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. *Argumentum*, v. 13, n. 2, p. 64–81, 2021.

CASARÕES, Guilherme; MAGALHÃES, David. The Hydroxychloroquine Alliance: How Far-Right Leaders and Alt-Science Preachers Came Together to Promote a Miracle Drug. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 1, p. 197–214, 2021.
<https://doi.org/10.1590/0034-761220200556>.

CRONE, M. Introduction to special issue: exploring far-right utopias in practice. *Journal of Political Ideologies*, v. 29, n. 3, p. 379–386, 2024.
<https://doi.org/10.1080/13569317.2024.2418188>.

DIETHELM, Pascal; MCKEE, Martin. Denialism: what is it and how should scientists respond? *European Journal of Public Health*, v. 19, n. 2, p. 2–4, 2009. FINCHELSTEIN, F. *From fascism to populism in history*. University of California Press, 2019.

FINNEMORE, Martha. *National Interests in International Society*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1996.

FARIA, C. A. P. de; LIMA, L. L. (Orgs.). *As políticas públicas do governo Bolsonaro: desmonte, resiliência e refundação*. Porto Alegre, RS: Jacarta Produções, 2024.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Moraes de Sá e; LEOPOLDI, Maria Antonieta (Orgs.). *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016–2022)*. Brasília: Ipea; INCT/PPED, 2023. 564 p.

HAAS, Peter M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. International Organization, Cambridge, MA, v. 46, n. 1, p. 1–35, Winter 1992.

HEFT, Annett; KNÜPFER, Curd B.; REINHARDT, Susanne; MAYERHÖFFER, Eva. Toward a transnational information ecology on the right? Hyperlink networking among right-wing digital news sites in Europe and the United States. *The International Journal of Press/Politics*, v. 26, n. 2, p. 484-504, 2021.

HELD, David; MCGREW, Anthony; GOLDBLATT, David; PERRATON, Jonathan. *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Cambridge: Polity Press; Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.

HELLER, Patrick. The age of reaction: retrenchment populism in India and Brazil. *International Sociology*, v. 35, n. 6, p. 590–609, 2020.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Jr. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little, Brown & Co., 1977.

KINGDON, John W. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 2. ed. Updated Edition, with an Epilogue on Health Care. Harlow: Pearson, 2013.

LOTTA, Gabriela; SILVEIRA, Mariana Costa; FERNANDEZ, Michelle. A resposta da burocracia ao contexto de retrocesso democrático: uma análise da atuação de servidores federais durante o Governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 40, p. e266094, 2023

MARQUES, E. As políticas públicas na ciência política. In: MARQUES, E.; FARIA, C. (org.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Unesp/CEM, 2013.

MEHTA, Jal. From “Whether” to “How”: The varied roles of ideas in politics. In: BÉLAND, Daniel; COX, Robert Henry (org.). *Ideas and politics in social science research*. New York: Oxford University Press, 2011. p. 23–46

MUDDE, Cas. The Populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, p. 541–563, 2004. <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>.

NYE, Joseph S.; KEOHANE, Robert O. Transnational interactions and international systems. In: NYE, Joseph S.; KEOHANE, Robert O. (ed.). *Transnational relations and world politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

PENA, L. P. J. “Globalismo”: o discurso em política internacional sob a ideologia da nova extrema direita brasileira. *Fronteira*, v. 18, n. 36, p. 371–386, 2019.

PETERS, M. A. On the epistemology of conspiracy. *Educational Philosophy and Theory*, v. 53, n. 14, p. 1413–1417, 2021.

PIERSON, P. Retornos crescentes, dependência da trajetória (path dependence) e o estudo da política. *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP*, v. 6, n. 2, p. 335–392, 2015.

POLLET, Gilles. Analyse des politiques publiques et perspectives théoriques. In: FAURE, Alain; POLLET, Gilles; WARIN, Philippe. La construction du sens dans les politiques publiques: débats autour de la notion de référentiel. Paris: Éditions L'Harmattan, 1995. p. 25–47.

PRIMIG, Florian. The epistemic crisis and the rise of the far right: toward a conceptualization of counter-knowledge orders in digital knowledge society. *Publizistik*, v. 70, p. 23-45, 2025.

RASIA, J. M.; CÔRTEZ, S. V.; MARTINS, A. R. Coordenação da pandemia, economia, negacionismo e emoções nos governos Trump e Bolsonaro. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 29, n. 2, 2024.

REA, Julián Castro. Right-wing think tank networks in Latin America: the Mexican connection. *Perspectives on Global Development and Technology*, v. 17, n. 1-2, p. 89–108, 2018

REBELLO, Aiuri. QAnon brasileiro segue firme nas redes e se mostra alinhado a movimento de teorias conspiratórias dos EUA. *El País Brasil*, 13 fev. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-13/qanon-brasileiro-segue-firme-nas-redes-e-se-mostra-alinhado-a-movimento-de-teorias-conspiratorias-dos-eua.html>. Acesso em: 15 jun. 2025.

RUGGIE, John Gerard. Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization. London: Routledge, 1998.

RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Org.). *States, Social Knowledge and the Origins of Modern Social Policies*. Princeton; New York: Princeton University Press; Russell Sage Foundation, 1996. v. vii, 332 p.

RYDGREN, Jens. The sociology of the radical right. *Annual Review of Sociology*, v. 33, n. 1, p. 241–262, 2007.

SIKKINK, Kathryn. The Justice Cascade: How Human Rights Prosecutions Are Changing World Politics. New York: W. W. Norton & Company, 2011.

SILVA, Michelle Moraes de Sá e. Desmonte autoritário no Brasil: quando servidores pedem para sair. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Moraes de Sá e; LEOPOLDI, Maria Antonieta (org.). *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016–2022)*. Brasília: Ipea; INCT/PPED, 2023. p. 475–500.

SILVA, F. A. B.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. Assédio institucional no setor público e o processo de desconstrução da democracia e do republicanismo no Brasil de Bolsonaro. In: CARDOSO JÚNIOR, J. C. et al. (org.). *Assédio institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado*. Brasília: Associação dos Funcionários do Ipea; Eduepb, 2022.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 188 p

SHIPAN, Charles R.; VOLDEN, Craig. Mechanisms of Policy Diffusion. *American Political Science Review*, Washington, D.C., v. 102, n. 4, p. 843–857, nov. 2008.

STONE, Deborah A. Causal Stories and the Formation of Policy Agendas. *Political Science Quarterly*, v. 104, n. 2, p. 281–300, 1989.

SUREL, Yves. The role of cognitive and normative frames in policy-making. *Journal of European Public Policy*, v. 7, n. 4, p. 495–512, 2000.

TANNENWALD, Nina. Stigmatizing the Bomb: Origins of the Nuclear Taboo. *International Security*, v. 29, n. 4, p. 5–49, Spring 2005.

ZAHARIADIS, Nikolaos. Comparing three lenses of policy choice. *Policy Studies Journal*, v. 26, n. 3, p. 434–448, 1998.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: O autor foi responsável pela conceituação, curadoria dos dados, análise formal, investigação, metodologia, desenvolvimento da pesquisa, visualização dos resultados e redação do trabalho, incluindo a elaboração, revisão e edição do manuscrito.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara não haver conflito de interesses a mencionar.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA: Não se aplica. Este estudo não produziu nem utilizou conjuntos de dados que possam ser disponibilizados publicamente.

MINIBIOGRAFIA DO AUTOR: Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), mestre e doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP). Atua nas áreas de economia internacional e políticas públicas.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Declaro que ferramentas de Inteligência Artificial foram utilizadas exclusivamente como apoio à formatação e à correção linguística do manuscrito, não tendo sido empregadas na concepção da pesquisa, na análise dos dados, na interpretação dos resultados ou na elaboração das conclusões.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.